

Processo : 213.026-4/2014
Origem : PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
Setor :
Natureza : CONTRATO DE OBRAS
Interessado : RGI COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA
Observação : CONTRATO DE 26/03/2014 PARA CONSTRUÇÃO DO PRÉDIO ANEXO DA SEDE DA PREFEITURA, DO MURO DE CONTENÇÃO, DA CASA PADRÃO DE ENTRADA E DA SALA DOS TRANSFORMADORES E URBANIZAÇÃO NO VALOR DE R\$ 3.022.903,85 PROC ADM Nº 6568.2013.04

CONTRATO/CONCORRÊNCIA
1ª Informação

Senhora Coordenadora-Geral de Exame de Editais,

Versam os autos sobre **Contrato s/nº**, assinado em 26/03/2014, firmado entre a **Prefeitura Municipal de Queimados** e a empresa RGI Empreendimentos Ltda., decorrente do Edital de Licitação por **Concorrência Pública nº 07/2013** e será examinado por esta CEE nos termos do artigo 2º da Resolução TCE-RJ nº 255/2007.

Considerando a criteriosa observância à Lei Federal nº 8.666/93, bem como as demais legislações pertinentes, quanto aos aspectos jurídicos formais, destacamos:

1 - PREÂMBULO
(art. 40, "caput")

- 1.1 - Tipo (art. 45, § 1º):** menor preço global;
- 1.2 - Regime de execução:** empreitada por preço unitário;
- 1.3 - Menção à Lei Federal nº 8.666/93:** consta;
- 1.4 - Local de realização:** Rua Hortência nº 254, Centro, Queimados/RJ;
- 1.5 - Data da realização:** 05/12/2013 às 10h.

2 - OBJETO
(art. 40, inc. I)

A licitação tem por objeto **a execução de obra de construção do prédio anexo da sede da Prefeitura, a saber: construções do muro de contenção em concreto armado, casa padrão de entrada, sala dos transformadores e urbanização**, conforme anexo I - subitem 1.1, fls. 230.

3 - ESTIMATIVA ORÇAMENTÁRIA
(§ 2º do art. 40)

Valor total estimado de **R\$ 3.066.525,60** (três milhões, sessenta e seis mil, quinhentos e vinte e cinco reais e sessenta centavos) – subitem 4.1, fls. 231.

4 - SANÇÕES NO CASO DE INADIMPLEMENTO
(art. 40, inc. III)

Previstas no item 15, fls. 241/242.

5 - CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO
(art. 40, inc. VI)**5.1 - Habilitação jurídica (art. 28):** subitem 7.2, fls. 232.

- I - Cédula de identidade: subitem 7.2.1;
- II – Registro Comercial: subitem 7.2.2;
- III – Ato constitutivo: subitem 7.2.2;
- IV – Inscrição do ato constitutivo: subitem 7.2.3;
- V – Decreto no caso de sociedade estrangeira: subitem 7.2.4.

5.2 - Regularidade fiscal e trabalhista (art. 29): subitem 7.5, fls. 234/236.

- I – Prova de inscrição (CPF ou CNPJ): subitem 7.5, “a”, fls. 234;
- II – Inscrição no cadastro estadual ou municipal de contribuintes: subitem 7.5, “b”, fls. 235;
- III – Regularidade fazendária: subitem 7.5, “c”, fls. 235;
- IV – Regularidade junto ao FGTS e INSS: subitem 7.5, “c”, fls. 235;
- V – Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho: subitem 7.5.1, fls. 310.

5.3 - Qualificação técnica (art. 30): subitem 7.3, fls. 232/233.

- I – Inscrição na entidade profissional: subitem 7.3, “a”, fls. 232;
- II – Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente: subitens 7.3, “b” e “c” e 7.3.2, fls. 232 e 233;

III – Comprovação de que recebeu documentos e tomou conhecimento das informações necessárias ao cumprimento das obrigações: subitens 7.3.4 e 7.3.6, fls. 233;

IV – Prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial: não exigida.

5.4 - Qualificação econômico-financeira (art. 31): subitem 7.4, fls. 234.

I – Balanço patrimonial: subitem 7.4.1;

II – Certidão negativa de falência: subitem 7.4.2;

III – Garantia de proposta: não exigida;

A - Índices (art. 31 §1º): subitem 7.4.1, fls. 234;

ILG \geq 1; ILC \geq 1 e IE $<$ 0,50.

B – Patrimônio líquido exigido (art. 31, § 3º): 10% do valor estimado para a contratação - subitem 7.4.3, fls. 234.

5.5 - Forma de apresentação da proposta (art. 40, inc. VI, parte final): disposta no item 8, fls. 236.

5.6 - Consórcio: vedada a participação de acordo com o disposto no subitem 6.2, “d”, fls. 306;

5.7 – Cumprimento ao disposto no Inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal/88 c/c inc. V do art. 27 da Lei Federal 8.666/93: Anexo IV, fls. 247.

Por ocasião da habilitação dos licitantes a Administração Pública exerce o seu poder discricionário, estando desobrigada de exigir todos os documentos arrolados nos artigos 28, 29, 30, e 31 da Lei Federal nº 8.666/93. Este é o entendimento esposado por Justen Filho.¹

“A Administração não é obrigada a exigir, no caso concreto, todos os requisitos de habilitação referidos nos arts. 27 e seguintes.

(...)

A habilitação jurídica é pressuposto inafastável de qualquer contratação mesmo fora do âmbito da Administração Pública. Constitui pressuposto de existência e validade do ato jurídico.

(...)

Não haveria sentido em excluir a exigência de regularidade fiscal. Inclusive porque a regularidade fiscal pode ser reconduzida, em última análise, à idoneidade financeira. Observe-se que a própria Constituição impõe a exigência de regularidade fiscal para contratação (art. 195, §3º).”

¹ JUSTEN FILHO, Marçal – Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Ed. Dialética, 8ª ed., 2000.

Comentando o artigo 37 da Constituição da República o autor apresenta o seguinte registro:

“Deve-se interpretar o art. 37, XXI, no sentido de que, quanto às exigências de qualificação técnica e econômica, somente serão admissíveis aquelas indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.”

6 - JULGAMENTO **(art. 40, inc. VII)**

6.1 – Critério de desempate (art. 45, § 2º): sorteio, previsto no subitem 9.15, fls. 239.

6.2 - Critério de julgamento: subitem 9.14, fls. 239.

7 - LOCAIS, HORÁRIOS E CÓDIGOS DE ACESSO DOS **MEIOS DE COMUNICAÇÃO À DISTÂNCIA** **(art. 40, inc. VIII)**

Identificados no subitem 20.1, fls. 245.

8 - CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DOS PREÇOS **(art. 40, inc. X)**

Consta no subitem 9.13, “a” a “c”, fls. 238/239.

9- CRITÉRIO DE REAJUSTE **(art. 40, inc. XI)**

Definido no item 18, fls. 244, tomando por referência a data da apresentação da proposta para contagem de prazo relativo ao reajuste.

10 - PAGAMENTO **(art. 40, inc. XIV)**

10.1 - Prazo: 30 dias, contados a partir do adimplemento de cada parcela - subitem 12.2, fls. 240;

10.2 - Compensação financeira: 0,5% ao mês, *pro rata* – subitem 12.5 fls. 240;

10.3 - Penalização por atraso: 0,5% ao mês, *pro rata* – subitem 12.5 fls. 240;

10.4 - Descontos por antecipação: TR *pro rata tempore* – subitem 12.6, fls. 240.

11 - RECURSOS ADMINISTRATIVOS
(art. 40, inc. XV)

Previstos no tem 16, fls. 242/243.

12 – CONDIÇÕES PARA O RECEBIMENTO DO OBJETO
(art. 40, inc. XVI)

Previstas no item 11, fls. 239/240.

13 - DATA, RUBRICAS E ASSINATURA
(§ 1º do art. 40,)

O Edital encaminhado não foi rubricado nem assinado, constando apenas data às fls. 247.

14 - ANEXOS DO EDITAL
(§ 2º do art. 40)

- 14.1 – Projeto básico:** Anexo I, fls. 169/176;
- 14.2 – Planilha orçamentária:** Anexo II, fls. 177/221;
- 14.3 – Proposta modelo:** Anexo III, fls. não consta;
- 14.4 – Declaração trabalho de menores:** Anexo IV, não consta;
- 14.6 – Carta de credenciamento:** Anexo V, não consta;
- 14.7 – Modelos:** Anexos VI e VII, não constam;
- 14.8 - Minuta de contrato:** Anexo VIII, contrato às fls. 03/16.

15 - PRAZOS
(art. 40, inciso II)

15.1 - Para assinatura do contrato: 48 horas, contados da convocação formal - subitem 10.2, fls. 239;

15.2 - Para execução do objeto: 10 (dez) meses - subitem 5.1, fls. 231.

16 - PUBLICAÇÃO
(art. 21)

16.1 - Veículo de publicação oficial: não consta.

16.2 - Jornal diário de grande circulação no Estado: não consta.

17 - RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS
(art. 14 c/c art. 7º, § 2º, inciso III)

Previstos no subitem 3.1, fls. 230, sendo:

17.1 - Programa de trabalho: 0401.04.122.022.1216.

17.2 - Elemento de Despesa: 449051.000

18 - APROVAÇÃO DA ASSESSORIA JURÍDICA
(parágrafo único do art. 38)

Parecer acostado às fls. 31/33.

19 - GARANTIA
(art.56)

19.1 – Garantia contratual: 1,5% do valor do contrato, subitem 10.3, fls. 239.

OBSERVAÇÕES

Destacamos que a economicidade da contratação deverá ser analisada pela Coordenadoria competente, quando da análise do contrato.

CONCLUSÃO

Face ao exposto e examinado, sugerimos o **encaminhamento** do presente processo a **CAT** para as providências cabíveis, com a devida sugestão ao Egrégio Plenário para que requeira do jurisdicionado, atual Prefeito de Queimados:

I – Neste processo:

I.1 – Encaminhar a cópia do comprovante de publicação de abertura do presente certame, realizado em jornal de grande circulação no Estado e em Diário Oficial, conforme dispõe os incisos II e III do artigo 21 da Lei nº 8.666/93;

II – Nos próximos editais:

II.1 - Excluir da fase de habilitação, a exigência de certidão de registro na seção RJ do CREA, sendo adequado exigi-la somente do licitante vencedor por ocasião da assinatura do contrato;

II.2 – Encaminhar o Edital rubricado e assinado pela autoridade responsável por sua expedição, de acordo com o § 1º do Art. 40 da Lei Federal nº 8666/93, bem como acompanhado de todos os seus anexos.

CEE, 21/08/2014

GLICIA GOMES FRANCO
Assistente
Matrícula 02/002990

Senhora Coordenadora Geral da CEE,

Revisando o processo ratifico a sugestão proposta.

PAULO BIANCHI REIS JUNIOR
Assessor
Matrícula 02/003498

Senhora Coordenadora Geral da CAT,

Acordemente com a informação desta Assessoria, remetemos o processo para as providências cabíveis.

CEE, 21/08/2014

CRISTIANE LOUZÃ DOS SANTOS FUCHSHUBER
Coordenador-Geral
Matrícula 02/002943